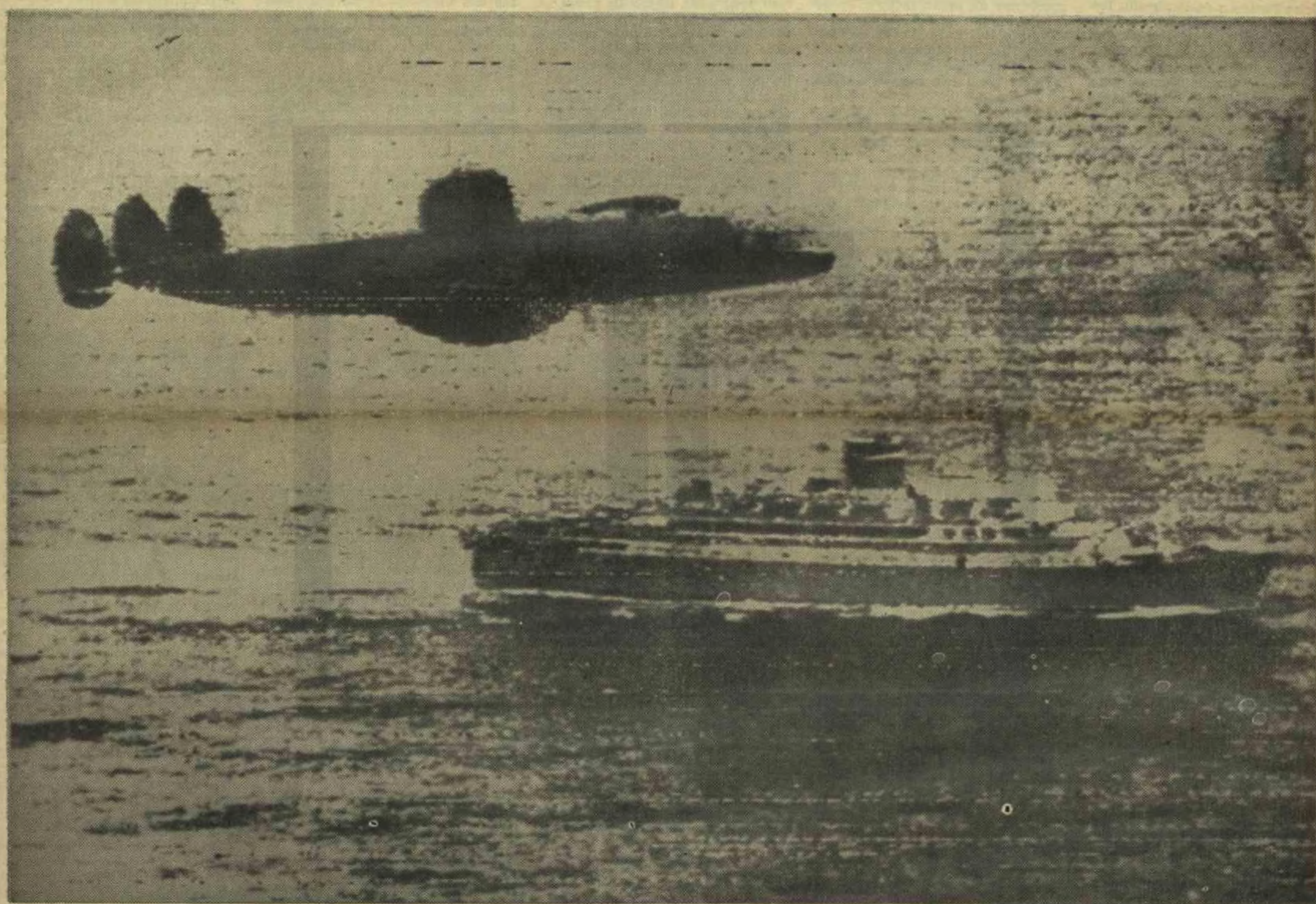


PORTUGAL DEMOCRATICO

REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2 — ANO V — N.º 44 — SÃO PAULO, FEVEREIRO DE 1961 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

PORTUGAL EM LIBERDADE



É a Hora
Da
Democracia

A aventura do Santa Maria apaixonou o mundo. Mas, independentemente de outras considerações, serviu para que o mundo tomasse consciência, mais uma vez, da existência de uma ditadura nefasta, desvergonhada e assassina, que é uma nódoa sinistra da civilização contemporânea. O mundo e o Brasil em especial tiveram ocasião de ver qual é a capacidade de corrupção, de maldade e de infâmia dessa ditadura que, nesta emergência, violou todas as regras do convívio internacional, fazendo desembarcar no Rio de Janeiro agentes da PIDE, esses assassinos profissionais ao serviço de Salazar. O episódio do Santa Maria fo, simbolicamente, a guerra civil que não queremos, para derrubar Salazar e a sua camarilha. Mas pôs o mundo perante um dever inadiável de honra e de decência: o isolamento desse bando oligárquico cujos tentáculos se estendem pelo mundo inteiro, comprando consciências e jornais, difamando e insultando, e acusando de assassinio aqueles que, numa hora de decisão, dispararam tiros libertadores.

Portugal Democrático lamenta que tenha havido vítimas. Mas retira a Salazar e aos seus acólitos todo o direito de levantarem a voz: trinta e quatro anos, quase trinta e cinco, de crimes impunes e de infâmia só lhes dão um direito que o mundo lhes imporá que exerçam: o de desaparecerem da face da Terra, que emporcalham. Com essa gente nenhum enten-

dimento é possível. No momento que, num país controlado pela Polícia e pela Censura, os jornais eram obrigados a insultar os Estados Unidos pela sua "prudência" no caso do Santa Maria, o "governo" declarava, que não era a sua opinião oficial. . . É que eles só conhecem a linguagem da chantagem, da corrupção, da desvergonha. Demitam-se, sumam-se, derretam-se no pavor de viverem repelidos por todas as sociedades dignas. A hora da libertação soou: é a hora da Democracia. Mas não haverá democracia em Portugal enquanto se mantiver no poder, lá, qualquer Salazar sem palavra, sem honra, sem dignidade. Antes de tudo: demissão de Salazar, dissolução da Polícia Política, abolição da Censura e dos Tribunais de Exceção, Liberdade de organização partidária e de propaganda, eleições gerais. Antes de tudo, não sujar as palavras Liberdade e Democracia, discutindo-as com essa gente miserável, esses rebeldes ao respeito dos direitos da pessoa humana, que há mais de três décadas escravizam Portugal e envenenam a consciência do mundo. Rebeldes são eles. A rebeldia contra eles é uma manifestação legítima de fidelidade às instituições democráticas. Salazar, velho impotente e sujo, vê como as potências te abandonam envergonhadas do teu cheiro mefítico. Rua!

PORTUGAL
DEMOCRATICO

A II CONFERENCIA PRÓ-ANISTIA

Com pleno êxito realizou-se em Montevideu, nos dias 27, 28 e 29 de janeiro, a II Conferência Latino Americana pró Anistia para Presos e Exilados Políticos da Espanha e de Portugal. O poderoso movimento de opinião pública que esta Conferência representou, concretizou-se na presença nos salões da Universidade do Uruguai de 546 delegados, representando nove países da América Latina e da Península Ibérica, além de observadores da América do Norte. O total das adesões atingiu aproximadamente 4.000 indivíduos e 173 de coletividades profissionais e culturais. Estes números dão uma idia da amplitude da II Conferência convocada para estudar a situação dos presos e exilados políticos ibéricos e para apresentar as soluções que permitam pôr cõbro à criminosa política de Salazar e de Franco no plano da repressão.

A representação portuguesa

Como representantes do nosso país estiveram em Montevideu, além dos dirigentes da Agrupação dos Portugueses Democratas daquela cidade, Maria Luísa Silva Neves, Aurélio Branco Martins, Joaquim Lopes Mendes, Joaquim Moreira (decano dos portugueses do Uruguai) e Luis Pinasco, o Professor Dr. Rui Luís Gomes, Presidente da Delegação, que se deslocou da Argentina, os Prof. Drs. Adolfo Casais Monteiro e Vitor Ramos e o Dr. Manuel Sertório, que vieram do Brasil e o Presidente da Junta Patriótica Portuguesa de Caracas, José da Costa Lopes, vindo da Venezuela. Tivemos pois na Conferência representantes de portugueses exilados em quatro países sul-americanos.

A designação das comissões

Os trabalhos da Conferência começaram na manhã do dia 27 com a recepção das delegações e a apresentação de credenciais no Salão de Atos da Ordem dos Médicos do Uruguai. Estabeleceram-se então as normas sobre o funcionamento das reuniões e designaram-se os representantes de cada delegação junto das Comissões em funcionamento.

Em nome do nosso país foram designados: Manuel Sertório e Vitor Ramos para a Comissão que

discutiria os processos de repressão das idéias, violatórios dos direitos humanos e a necessidade da supressão de leis e tribunais de exceção; José da Costa Lopes para a Comissão que trataria da organização da solidariedade legal, moral e material a favor dos presos e perseguidos políticos e de suas famílias; Adolfo Casais Monteiro, para a Comissão que debateria os problemas da organização e do desenvolvimento posterior do Movimento, e Rui Luís Gomes e Maria Luísa Silva Neves para a Comissão que apresentaria as Resoluções de carácter geral. Na mesma ocasião, foi designado, por unanimidade da delegação, o Prof. Rui Luís Gomes para uma das Vice-Presidências da Comissão Executiva que esta houve por bem conceder ao nosso país.

À tarde, as delegações, com o senador Alfredo Lepro e o deputado Hierro Gambardella à frente, dirigiram-se ao monumento ao general Artigas, herói nacional uruguai, onde, depois de breve alocução, depositaram ramos de flores. A delegação portuguesa, entretanto, começou preparando os elementos para a sua intervenção nos trabalhos.

À noite, com o Salão de Atos da Universidade abarrotado de gente, realizou-se a sessão solene inaugural, no meio do maior entusiasmo. Vivas aclamações saudaram o Professor Rui Luís Gomes quando, chamado pelo presidente da sessão, subiu à tribuna, em nome de Portugal, para ocupar uma das Vice-Presidências. Falaram nesta sessão o deputado uruguai Gambardella, que relatou o que foi o Movimento entre a I e a II Conferência; o arquiteto Carlos Mac Lean, em nome da Comissão Permanente Uruguai; o dr. Ismael Iglesias, representante do Conselho Deliberante de Buenos Aires; o poeta mexicano Carlos Pellicer; o deputado argentino Eduardo Rosenkrantz; o escritor Florencio Escardó, presidente da delegação argentina; e o advogado americano Alberto Collons que, como então se sublinhou, representava, como delegado de uma coletividade estranha à latinidade, o embrião da transformação deste generoso Movimento numa Conferência Mundial pró Anistia aos Presos e Exilados Políticos da Espanha e de Portugal.

Sessões de trabalhos

Nas sessões de trabalho do dia seguinte foram discutidos os diferentes problemas em pauta, sempre

num ambiente de elevado nível democrático. As comissões trabalharam todo o dia espalhadas pelas salas da Universidade, sistematizando os elementos apresentados pelas delegações, e discutindo a forma de incorporá-los nos informes a apresentar ao Plenário. Ao fim da tarde, passou-se à redação das Resoluções finais de cada Comissão, que adiante apresentamos e que foram aprovadas, depois de novas intervenções, no Plenário que à noite reuniu no Salão de Atos. Pelo calor das intervenções, via-se que o problema da anistia apaixonou o público uruguai que enchia o vasto salão. Todos queriam falar, todos queriam manifestar a sua opinião sobre a forma mais eficaz de auxiliar os combatentes pela democracia em Portugal e em Espanha e recobrar a liberdade de que se acham privados. Finalmente, foram aprovadas, em sucessivas votações, as resoluções preparadas nas sessões de trabalho.

A sessão de encerramento

A sessão de encerramento, realizada no dia seguinte, foi, pela vibração com que se desenrolou, o digno cume destas magníficas jornadas de luta pela democracia. No Salão de Atos, que transbordava de público, falaram os seguintes oradores: o grande poeta espanhol Rafael Alberti, que leu poemas do poeta Marcos Ana, encarcerado há mais de vinte anos na Penitenciária de Burgos; o vice-presidente da CUT do Chile, Juan Campos, em nome dos trabalhadores do seu país; o escritor e professor de Direito Eduardo Ortega y Gasset, em nome dos espanhóis; o professor Rui Luís Gomes que, falando em seguida ao caudilho espanhol, que apresentara algumas considerações sobre a solidariedade ibérica, começou a sua alocução por recordar que "nós, portugueses, devemos ao povo espanhol uma reparação pela criminosa intervenção do salazarismo na guerra de Espanha, que foi uma das alavancas propulsoras de Franco no início do conflito". Frequentemente interrompido pelos aplausos do público, o Professor Rui Luís Gomes agradeceu, em nome do povo português, a magnífica manifestação de solidariedade prestada por esta Conferência aos presos e exilados políticos do nosso país. O problema português — recordou — é tão pouco conhecido que mani-

festações como a presente, além do eminente aspecto humanitário de de que se revestem, constituem uma das formas mais eficientes de fazer saber à consciência universal que ainda se encontra de pé uma das mais antigas ditaduras do mundo. Estrugiram os aplausos quando Rui Luís Gomes, que falou de improviso, se dirigiu à Conferência, terminando a sua saudação, em nome dos presos políticos que jazem no fundo dos cárceres do Aljube, da Penitenciária, de Caxias, de Peniche, da Rua do Heroísmo, e das prisões de Angola.

Tomaram a palavra, depois de Rui Luís Gomes, a Dra. Dolores Maria Fonrouge, da Argentina, o general Braga Pinheiro, do Brasil, o Vice-Presidente do Partido Accion Democrática da Venezuela, e chefe da delegação do seu país, Senador Luiz Beltran Prieto Figueroa, o representante do México, Professor Luiz Villoro, o delegado colombiano, Hugo Calcedo, o dr. Otonel Casals, da Argentina e, encerrando a sessão, o deputado uruguai Luiz Hierro Gambardella, com uma brilhante improvisação.

Solidariedade a Francisco Miguel

Entre um orador e outro foi lido o expediente que chegara até à Mesa, entre o qual destacamos o telegrama, enviado de S. Paulo pelo Comité dos Intelectuais Portugueses Pró-Liberdade de Expressão, e assinado pelo Comandante Sarmiento Pimentel, apresentando o seu "veemente protesto contra o tratamento desumano do governo e da policia política portuguesa contra o patriota Francisco Miguel, preso sem culpa formada nem julgamento há mais de dez anos, incommunicável, e com as visitas proibidas, inclusive das organizações humanitárias".

O delegado brasileiro Nelson Alves, do Rio de Janeiro, leu a mensagem que a Conferência recebera do Brasil, enviada pelo Embaixador Alvaro Lins, presidente da I Conferência e chefe da delegação brasileira à II Conferência, explicando as razões inadiáveis que o impediram de se deslocar a Montevideu, como era seu desejo. Depois de historiar a ação da I Conferência e o movimento de solidariedade que esta suscitara, Alvaro Lins detém-se explicando que, devido às ameaças que impendem sobre a figura do general Humberto Delgado, em

consequência da sua ação no caso do "Santa Maria", achara de seu dever permanecer no Brasil para evitar que tais ameaças se concretizassem, levando até ao fim, desta forma, a proteção ao Presidente eleito da República Portuguesa, "primeiro como Embaixador do Brasil em Lisboa, e agora como cidadão brasileiro". A explicação do inesquecível Presidente da I Conferência, cuja ausência fôra unanimemente lamentada, foi saudada com os maiores aplausos da noite. O público, de pé, aplaudiu a leitura de Nelson Alves e a tradução para espanhol, que foi feita seguidamente.

As notas emocionais da sessão foram dadas ainda pelo problema português, primeiro quando o poeta mexicano Carlos Pellicer saudou "os bravos do Santa Maria", exclamando: "A glória de Portugal nasceu no mar; a sua regeneração democrática virá também do mar", e depois quando o Presidente Gambardella se levantou, emocionado, para ler a adesão do Capitão Henrique Galvão à Conferência, enviada diretamente do "Santa Maria" a Montevideu.

Da leitura das resoluções que a seguir publicamos depreende-se a grande utilidade desta Conferência e o alto nível que atingiu. Dos informes apresentados destaca-se, sem dúvida, o da Primeira Comissão, de grande transcendência para o futuro do Movimento em favor da anistia aos presos políticos portugueses e espanhóis. Nêle se prevê a intervenção da Comissão Executiva, que hoje representa indubitavelmente o sentimento de milhões de pessoas junto da Organização das Nações Unidas, apresentando a este organismo internacional, de que fazem parte os governos de Franco e de Salazar, a desesperada situação em que se encontram os presos políticos nestes dois países e os verdadeiros abortos jurídicos que constitui a legislação repressiva promulgada pelos dois ditadores.

A participação de Portugal, que foi muito frutuosa, sê-lo-á ainda mais se os democratas portugueses, prolongando a ação da Conferência, se organizarem por toda a parte, revelando ao mundo que, ao contrário do que muitos pensam, se acha mal informado, a verdade sobre o problema da repressão em Portugal. O interesse despertado pelo discurso de Rui Luís Gomes, bem como pelas intervenções nos trabalhos das Comissões, de Casais Monteiro, Vitor Ramos, Manuel Sertório, Costa Lopes e Maria Luísa Silva Neves, a surpresa que cer-

(Continua na página 8)



A Sala de Atos da Universidade do Uruguai totalmente lotada na Sessão Inaugural da II Conferência.

Arbitrariedades Salazaristas

★ Porque o jornal REPÚBLICA, órgão da Oposição que o governo fascista de Salazar deixa circular sob severíssima vigilância da Censura, não entrou no côro dos jornais portugueses que, a bem ou a mal, foram obrigados a verberar o "assalto de piratas ao "Santa Maria", e não fez comentários sobre o assunto, esse órgão de imprensa, fundado por Antonio José de Almeida, foi castigado com a proibição de ser publicado durante três dias.

★ O JORNAL DO BRASIL foi proibido de circular em Portugal porque suas notícias são "tendenciosas e hostis ao governo português", segundo comunicado divulgado pela Censura Salazarista. É mais um órgão da imprensa brasileira a ser vítima do regime fascista que humilha Portugal há 35 anos.

Há muito tempo que o ESTADO DE S. PAULO e o DIÁRIO DE NOTÍCIAS também estão sujeitos a igual medida.

O nosso jornal enviou ao JORNAL DO BRASIL a seguinte carta:

"Acabamos de tomar conhecimento de que o governo português decidiu proibir a circulação do JORNAL DO BRASIL em Portugal. Essa medida foi tomada, sem dúvida, pelo perigo que representa para aquele país a circulação de um órgão de imprensa que diga aos portugueses a verdade sobre o que se passa no mundo e o conceito em que é tida a ditadura de Salazar. Em Portugal a Censura e a Polícia Política estão vigilantes para que qualquer voz livre, como a do JORNAL DO BRASIL, seja imediatamente sufocada. Aos protestos que esse jornal já deve ter recebido de solidariedade diante de mais um atentado contra a Liberdade de Expressão em Portugal, juntamos, pela presente, os nossos. E fazemos votos para que em breve o JORNAL DO BRASIL circule novamente em Portugal, porquanto isso significará que esse país estará livre da ditadura que, há 35 anos, o oprime e humilha.
Cordialmente

pelo Conselho de Redação
FERNANDO LEMOS."

★ O CASO PAULO DE CASTRO
Protestando contra a arbitrariedade de que foi vítima o nosso companheiro de redação Paulo de Castro, o Comité dos Intelectuais Portugueses Pró Liberdade de Expressão enviou ao diretor do "Diário de Notícias" do Rio de Janeiro, órgão em que o nosso camarada exerce a sua ação profissional, a seguinte mensagem: "O Comité dos Intelectuais Portugueses Pró Liberdade de Expressão manifesta a sua indignação perante a recusa, por parte da Embaixada de Salazar, de conceder passaporte para saída do Brasil em missão profissional ao grande jornalista Paulo de Castro, expoente da intelectualidade portuguesa no Brasil e da imprensa brasileira. Esperando que o Itamarati repare a afronta à cultura dos dois países, concedendo um passaporte especial a Paulo de Castro, o Comité expressa a sua solidariedade ao eminente jornalista por intermédio do órgão que V. Exa. dirige, sempre atento à defesa da causa democrática portuguesa.
a) João Sarmento Pimentel.

★ Por motivos que só o cérebro privilegiado da PIDE e da Censura pode compreender, o livro de ANTONIO JOSÉ SARAIVA, intitulado "Crítica a algumas expressões e palavras de uso corrente" foi apreendido pela polícia dois dias depois do seu lançamento.

★ Foi renovada, em circular da Censura, a proibição da publicação de qualquer escrito, seja de que natureza for, do nosso camarada ADOLFO CASAIIS MONTEIRO, cujo nome também está proibido de ser citado na imprensa. Aliás, a mesma medida foi também tomada há bastante tempo contra outro camarada nosso, João Sarmento Pimentel. A Censura "matou-os". Mas eles "ressuscitarão", não tarda nada.

A PIDE NO BRASIL

A audácia do senhor Salazar, convencido de que o Brasil é uma chácara de sua propriedade, leva-o a despachar para terras brasileiras a fina-flor da canalha da PIDE, para levar a cabo suas ordens. É tamanho o escândalo, que "O Estado de São Paulo" diz em editorial:

Se a presença dos policiais portugueses em território nacional pode ser chamada de intolerável, já da atitude do governo brasileiro, cruzando os braços ao abuso, deve-se dizer que é simplesmente inqualificável.

Portugal tem uma polícia política, conhecida pelo nome de PIDE (Polícia de Investigações e Defesa do Estado), que atua dentro e fora de suas fronteiras. Dentro, ostensivamente, pois é a organização que se incumbem de manter a vigilância sobre o pensamento dos que divergem do sr. Oliveira Salazar, que tem a tarefa de espancar os recalitrantes e de prender os rebeldes. Fora de suas divisas, porém, os homens da PIDE agem com redobrada cautela. São espíões que se limitam a ouvir e a contar, para não serem presos pela Polícia do país em que agem, por violação das regras do Direito Internacional.

Entre nós, porém, o que ocorreu foi diferente. Como em nossa última edição tivemos ocasião de assinalar, os homens da PIDE vieram como agentes policiais, para efetuar policiamento em pleno solo brasileiro. Em Santos não encontraram quem os desarmasse e os trancafiassem no xadrez, da mesma forma como no Rio de Janeiro puderam agir livremente, chegando a prender um cidadão que, ao depois, declarou viajar espontaneamente (fato que não elimina a vergonhosa arbitrariedade), do mesmo modo como pretendem desenvolver suas atividades nos portos do Norte, para onde dirigiram seus sinistros passos.

A desfaçatez desse comportamento, conjugada às outras circunstâncias que já aqui apontamos, como o desembaraço de homens e armas nos aeroportos sem atenção às determinações legais, mostra que houve declarada conivência de certos meios da administração, cujos responsáveis permitiram que o Brasil sofresse o vexame desse desrespeito acintoso à sua soberania.

O caso que assistimos vai muito além das normas usuais dos tratados entre as nações. O sr. Juscelino, por exemplo, assinou um tratado de extradição com Portugal, recheado de cláusulas ambíguas destinadas a coartar o direito do Brasil de dar asil a portugueses condenados por delitos políticos. Contudo, nem, nesse tratado, que é um modelo de malícia, se previu a trasladação de agentes policiais de um país para outro a fim de apanhar no estrangeiro os inimigos do governo.

Agora estamos em vias de assistir outra vez a inominável demons-

tração da PIDE, diante de guardas brasileiros, desarmados pelas nossas próprias autoridades, quando o "Vera Cruz", ou mesmo o "Santa Maria", tocarem portos do Nordeste. Veremos o tripúdio de nossa soberania, a menos que apareça alguém que seja capaz, desobedecendo a ordens superiores, de mostrar a essa gente que este é um País livre, onde o povo escolhe seus governantes, escolhe-os e suporta-os, ainda que correndo o risco de eleger indivíduos indignos do exercício da função para que foram indicados.

Para documentarmos, de maneira irrefutável, este assunto, damos a lista da cachorrada desembarca da no Galeão e enivada ao cais de Santos, para cumprir ordens:

POLICIAIS DA PIDE NO RIO

Com passaportes diplomáticos, onde estão registradas profissões como "contínuo" e "comerciário", os onze elementos da polícia política de Portugal (PIDE), que embarcaram no "Vera Cruz", estão sob o comando do adido militar português Joaquim da Luz Cunha.

O embarque dos policiais, levando armas em malas que não foram examinadas pela Alfândega, violou os acordos internacionais que regulam a matéria.

Seus nomes são os seguintes:

1. Alberto Pedro Catino — passaporte diplomático 573, de 24-1-61, dactilógrafo;
2. Manoel da Silva — p/d 575, de 24-1-61, sem profissão;
3. Joaquim José Sarmento — p/d 576, de 25-1-61, contínuo;
4. José Manoel Vinagre — p/d 572, de 24-1-61, sem profissão;
5. Fernando Vitor de Souza — p/d 577, de 25-1-61, sem profissão;
6. Augusto José Lima de Freitas — p/d 574, de 24-1-61, sem profissão;
7. José da Silva Almeida — p/d 1706, de 9-3-60, bancário;
8. Manoel Alves da Costa Sousa — p/d 1729, de 1960, comerciário;
9. Alfredo Soares de Oliveira — p/d 571, de 24-1-61, sem profissão;
10. Antônio Antunes Galvão — p/d 578, de 1961, sem profissão;
11. José Manoel Salgado — p/d 34, de 25-1-61, diplomata.

LEIA:

"QUANDO
OS
LOBOS
JULGAM"

(A defesa de
Aquilino Ribeiro)

Cr\$ 100,00

Aos Portugueses e Paulistas

Por iniciativa das Associações Democráticas Portuguesas de São Paulo, está aberta uma subscrição a favor das famílias de:

General JOSÉ GODINHO
Dr. FERREIRA SOARES
Dr. MANUEL DA SILVA JR.
JOAQUIM LEMOS DE OLIVEIRA
JOSÉ MOREIRA
MILITAO RIBEIRO
ALFREDO DINIZ
ADELINO DOS SANTOS
BENTO GONÇALVES

Prof. Dr. BENTO DE JESUS CARAÇA
Cap. ALMEIDA SANTOS
FRANCISCO NASCIMENTO GOMES
ANTONIO DE ALMEIDA
CATARINA EUFEMIA
MANUEL FIUZA
RAUL ALVES
ABILIO BELCHIOR
FERNANDO ALCOBIA

alguns dos muitos patriotas assassinados pela polícia política do regime de Salazar, nos campos de concentração e nas prisões da PIDE.

As contribuições estão sendo recolhidas no Centro Republicano Português e no jornal "Portugal Democrático", ambos com sede na rua Conselheiro Furtado, 191, nesta Capital.

A opinião publica brasileira e o « caso Santa Maria »

Talvez alguns saudosistas dos "bons tempos" da ditadura tenham desejado que Galvão e seus homens fossem "postos na ordem".

Certamente que não houve quem não se preocupasse com a sorte das centenas de passageiros, participantes involuntários da Bela Aventura, não obstante ser evidente, desde a primeira hora, que o comando do "Santa Maria" não passara para as mãos de piratas que violariam moças, enforcariam os descontentes e poriam o navio a pique.

Mas a opinião do Brasil, a opinião da maioria esmagadora do povo brasileiro sobre o destino dos homens da "Operação Dulcinéia" está fielmente retratada nesta carta aberta ao senhor Jânio Quadros, escrita com os nervos e o coração por dois patriotas brasileiros, o mesmo que dizer, dois patriotas portugueses.

CARTA ABERTA AO SR. JANIO QUADROS

Senhor Presidente,

As distâncias, numa República bem governada, tendem a desaparecer, quer no sentido próprio e geográfico do termo, quer naquele mais marcadamente político, pelo qual se mede o tempo que o cidadão comum leva a chegar à antecâmara do Supremo Magistrado e dessa a seu gabinete. Por isso, quando a fatalidade geográfica se impõe e as vicissitudes de um início de mandato ou da própria organização política da República se não aumentam, ao menos tornam sensíveis as distâncias que separam os cidadãos do presidente, não resta outro recurso aos súditos que o de dirigirem-se, por carta aberta, ao chefe de Estado, a fim de dizer-lhe, não de suas discordâncias quanto a pontos de vista programáticos (tal não é nossa intenção no caso), mas para lamentar que esse, na hora que a muitos se afigurou decisiva, não tenha sabido ou não tenha podido, isolado do convívio dos simples cidadãos, atordoado pelas loas dos que não resistem os atrativos do poder, interpretar sua vontade, transformando-a em vontade do Estado, e com isso granjeando para a Nação a simpatia dos povos e a de seus dirigidos, em primeiro lugar. Referimo-nos, senhor presidente, à decisão, ou ausência de decisão, que presidiu a ação das autoridades brasileiras no caso "Santa Maria".

Hoje, como se passaram as coisas, não se pode crer que o capitão Galvão esteja satisfeito com ter dado interpretação ampla demais aos contactos informais que com v. exa. manteve em Caracas, a qual, por ampla e por isso mesmo divergente da realidade, levou-o por um momento a esperar o impossível, isto é, o gesto romântico; nem se pode dizer que o povo brasileiro esteja contente com a sorte que o destino

reservou ao militar, que por ser luso tem um pouco de todos nós e daqueles que começaram a trilhar o caminho que nos levou ao ponto em que estamos; nem muito menos se afirmará que se regozija Salazar — que nem por ser português participa de nossa bonomia fraternal e inconsequentemente democrática — com o telegrama seu a Galvão, reabrindo esperanças e no qual v. exa. se firma, definitivamente, numa posição mínima, que seria a de qualquer governante democrático — qual seja a do respeito às leis internacionais concernentes ao asilo político. Nem mesmo, cremos ousar dizer, está v. exa. feliz, senhor presidente, a quem no fundo agradam essas atitudes tão pouco coerentes do século, mas que marcam para a posteridade a grandeza das ações e o gênio dos homens.

E contudo, senhor presidente, teria bastado um simples gesto mais ousado, desses que são tanto de seu agrado, para que, hoje, o único descontente fosse o nobre Oliveira Salazar — sem falarmos, é certo, naqueles tantos, portugueses iludidos e brasileiros convictos, que julgam ser o chefe de Estado português um dos baluartes da civilização na luta contra o desrespeito crescente do século ao princípio da autoridade, e a barreira mestra que se ergue no caminho das hordas do Grão Mogol. Teria bastado, senhor presidente, que ao invés de v. exa. e seu governo se terem limitado a obedecer aquilo que a lei prescreve, tivessem tido a coragem, juvenil e lúcida dos homens fortes, de fazer aquilo que a lei permite. Que invés de conceder asilo, o Brasil tivesse reconhecido a beligerância.

Ela reconhecida, senhor presidente, assistir-se-ia ao "Santa Maria" fundear em Recife não apenas para reabastecer-se e seguir sua rota, mas para revelar aos povos, como sua homônima já o fizera um no vo mundo e, o que é mais, para abrir a africanos e asiáticos, a lusos e hispânicos (de aquém e além-mar), de par em par, as portas da gloriosa aventura da libertação dos povos coloniais mercê de um mero gesto de ousadia e, porque não dizê-lo, de romantismo.

Sem dúvida, senhor presidente, além-mar o ditador tremeria e iracundo ameaçaria romper relações e fechar de vez ao comércio brasileiro os mercados de Angola e Moçambique, e impedir fosse Macau transformado em entreposto nosso para o país da Grande muralha. Mas, e v. exa. permita-nos dizer-lhe, as iras seriam meramente inconsequentes, se tivesse sido o "Santa Maria" do Galvão beligerante que revelasse aos povos da Ásia, África, América e Ibéria que nem tudo estava perdido, porque aqui, no seio da América a que a caravela homônima aportou há quase cinco séculos, erguia-se o fanal da esperança que guiou nossos maiores, no desejo sincero de uns, interesseiro de outros, a descoberta, conquista e civilização da África e das Índias.

Hoje, senhor presidente, o gênio mau que levou Portugal às fórmulas feitas e acabadas que produzem amanhã, sob o impacto de outro capilão, em terras primas-irmãs a revolução da qual estaremos afastados, parece ter-nos tristemente dominado. Hoje, a oportunidade que o destino colocou em suas mãos — na figura desse homem que os anos de África, de cativo e de exílio marcaram para sempre como herói — essa oportunidade de levar aos povos que clamam por libertação, a nossa mensagem de fé e esperança no porvir da Liberdade, parece ter sido perdida.

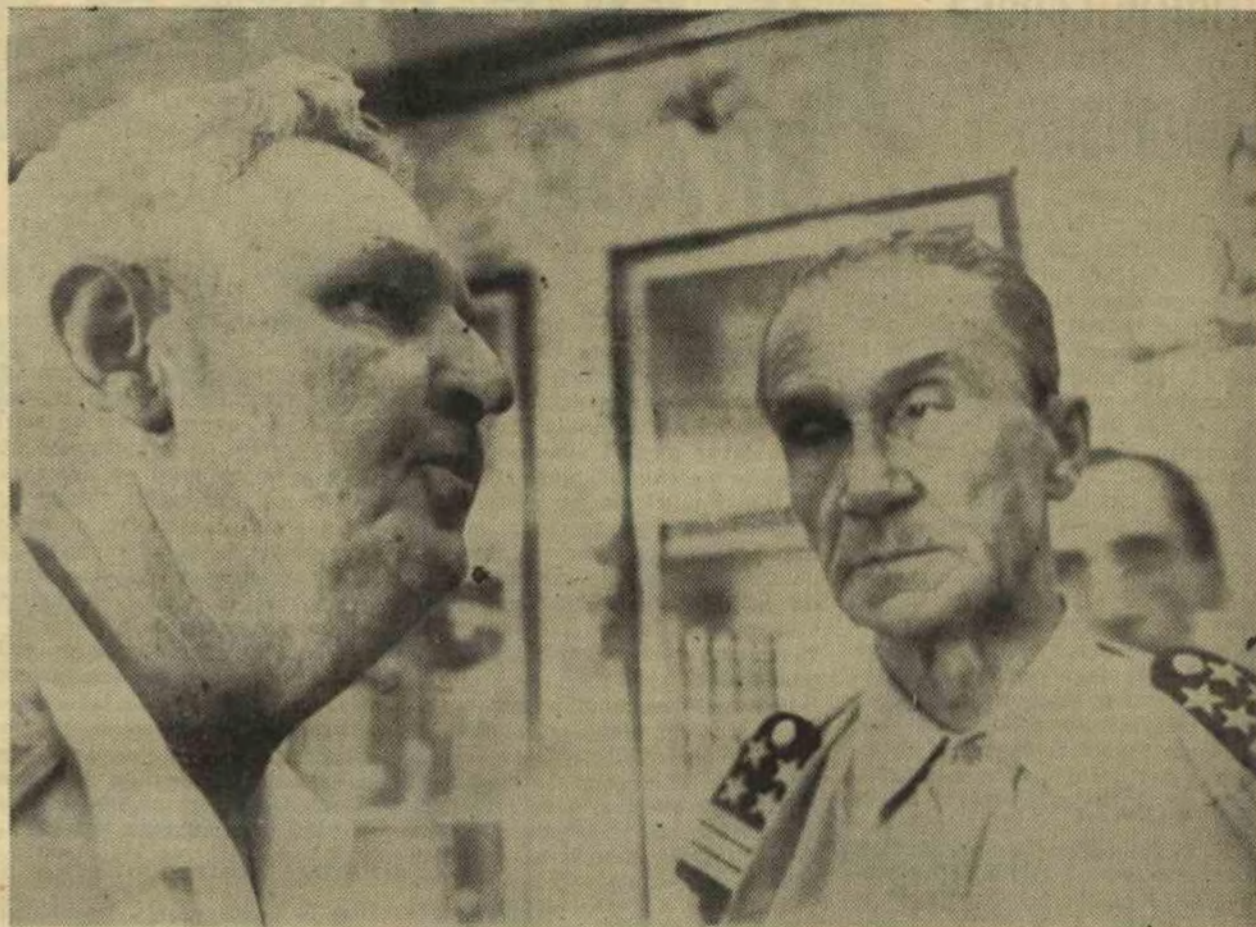
Dai, esta carta. Antes, escrevê-la teria sido interferir em assuntos que são constitucionalmente de sua exclusiva competência. Hoje, publicá-la, é apenas comunicar a v. exa., no amargor dos homens simples que conosco privam, a tristeza da esperança perdida.

Respeitosamente,

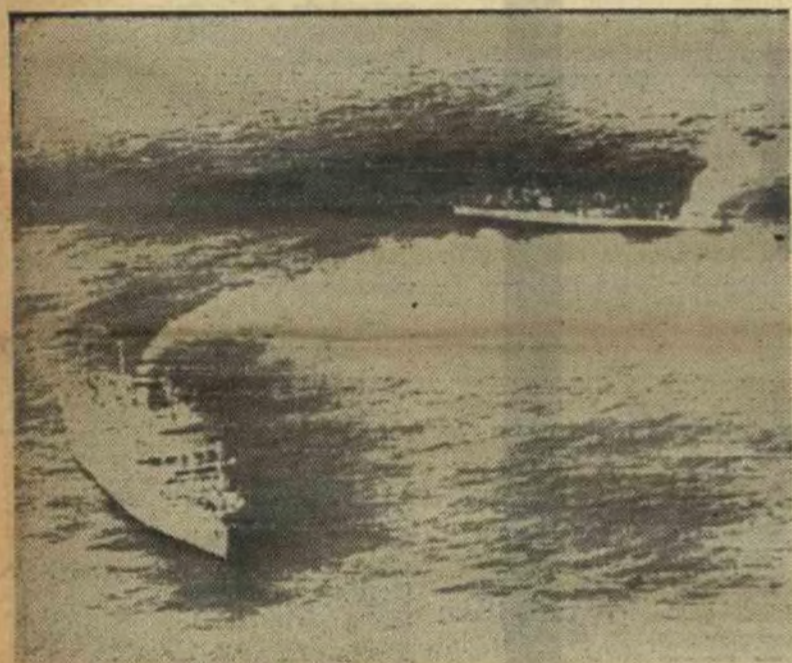
OLIVEIROS S. FERREIRA
RUY MESQUITA

TERMINAVA O MES DE JANEIRO E COMEÇAVA A GRANDE AVENTURA. O SANTA MARIA, LUXUOSO TRANSATLANTICO PORTUGUES, FORA OCUPADO NUM AUDACIOSO GOLPE DE MÃO POR HOMENS DECIDIDOS QUE, SOB O COMANDO DO CAPITÃO HENRIQUE GALVÃO INICIAVAM ASSIM, COM RARA FELICIDADE, A OPERAÇÃO DULCINEIA. A ATENÇÃO DE TODOS OS PAISES DO MUNDO FORA CHAMADA VIOLENTAMENTE PARA O MARTIRIO DE UM POVO ESCRAVIZADO HA TANTOS E TANTOS ANOS PELO MAIS VELHO E MAIS PERVERSO DOS DITADORES: SALAZAR.

LIBERTADO O SANTA MARIA, COMEÇAVA A LIBERTAÇÃO DE PORTUGAL.



Iniciadas as negociações não foi sem a maior dificuldade que o capitão Galvão concordou em mudar o rumo e dirigir-se a um porto do norte do Brasil. A África era o seu rumo e Angola o seu objetivo. Mas as razões humanitárias prevaleceram na sua decisão.



Foi a 25 de Janeiro que a Base dos Estados Unidos em Trinidad comunicou que um dos seus aviões havia localizado o Santa Maria no Atlantico a 900 milhas a leste daquela Base, navegando rumo á África. Pouco depois, destróieres dos EUA aos quais se juntou o submarino atômico Seawolf alcançaram o navio e passaram a escoltá-lo.

O comandante da Esquadra Norte-Americana nas Antilhas, almirante Allen Smith, propunha pelo rádio ao capitão Galvão uma entrevista a bordo do Santa Maria para discutirem o desembarque dos numerosos passageiros entre os quais havia cidadãos norte-americanos.



Todavia o Santa Maria, ao largo do Recife, não entrou em aguas brasileiras antes que o senhor Janio Quadros assumisse a Presidencia da Republica.

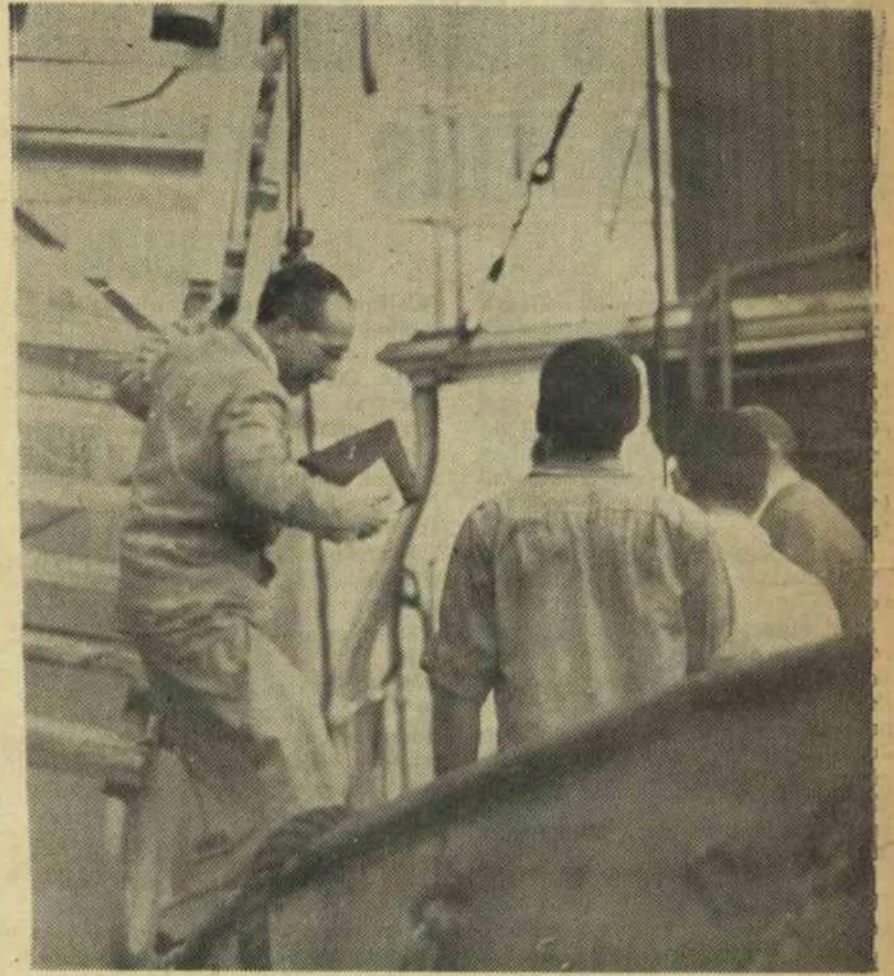
E foi somente depois que Janio, ás primeiras horas de 1 de fevereiro, lhe enviou um telegrama dizendo que seus homens seriam recebidos no Brasil como gente de casa, sendo confiada á Marinha de Guerra do Brasil a guarda do Santa Maria que Galvão

consentiu a subida a bordo das autoridades brasileiras. O vice-governador de Pernambuco, Pelopidas Silveira, o almirante Fernandes e mais tarde o embaixador Alvaro Lins tomaram parte ativa nas negociações.

Terminados os pormenores para o desembarque dos passageiros o capitão Galvão despede-se de seus interlocutores. Alvaro Lins e o general Humberto Delgado junto á escada do Santa Maria subiram a bordo logo depois.



Começara o desembarque dos passageiros, cuja viagem de férias fora bem mais excitante do que poderiam prever.



Já não há mais dificuldades a serem superadas nem problemas diplomáticos a resolver. O embaixador Alvaro Lins (cuja atuação foi admirável) desce de bordo do Santa Maria para o rebocador Estacio Coimbra.



E Galvão confia a guarda do navio á Marinha do Brasil. Ele e seus homens, abandonam o navio. A Operação Dulcinéia terminara no Recife, com honra, conquanto não tivesse sido alcançado seu objetivo final.

Mas a libertação de Portugal, que ela iniciara, jamais poderá ser sustada.

ATAQUES AO EMB. ALVARO LINS

N. R. — Publicamos na integra uma carta em que o tesoureiro da Associação Paulista de Imprensa e diretor do jornal maçônico "O Malhete" nos faz o pedido quase patético e totalmente dispensável da publicação da resposta do senhor Thomaz Ribeiro Colaço ao comentário "Ataques a Alvaro Lins", feito no nosso jornal.

Dessa maneira, acreditamos ter dado plena satisfação ao missivista.

Por outro lado, abstermo-nos de comentar os termos grosseiros e as vagas ameaças contidas na carta do senhor Thomaz Ribeiro Colaço, quando se refere ao senhor capitão João Sarmiento Pimentel. Este senhor, que ganhou a medalha da Torre e Espada, com Palmas, não precisa ninguém para defendê-lo de agressões físicas ou morais.

Além disso, PORTUGAL DEMOCRATICO recusa-se entrar no terreno de luta que lhe parece ser o favorito do senhor Thomaz Ribeiro Colaço: o da grosseria, alternada com "enigmas pitorescos" (o dos coqueiros é o predileto).

Um apelo patético

Ilmo. Sr.
Diretor de

"PORTUGAL DEMOCRATICO"
CAPITAL

Prezado confrade e amigo
O meu muito saudar

A 22 do corrente recebi uma carta do ilustre jornalista e escritor, TOMAZ RIBEIRO COLAÇO, sediado no Rio de Janeiro — Guanabara, à rua Domingos Ferreira, 28 — Ap. 102, na qual me comunica ter enviado ao prezado colega uma carta se retratando dos ataques que em tempos passados fizera ao grande Patriota e insigne embaixador ALVARO LINS, antes de sua posse nesse elevado posto que tanto soube honrar saindo de cabeça erguida por sua livre e espontânea vontade, já que ficava incompatibilizado com o "reles guarda-livros" Salazar, e, portanto sem poder continuar a dirigir com dignidade, que lhe é apanágio, o lugar que lhe fôra confiado.

Entendo, prezado confrade, ser até de grande alcance para a causa que defendemos, a publicação dessa carta, pois uma figura como se ser Thomaz Ribeiro Colaço, reconhecendo seu erro, só o pode enobrecer.

Agradeceria saber se o prezado colega toma em consideração este meu apelo para glória de nossa causa e dignidade desse conceituado periódico.

Ao ensejo, com as saudações democráticas, me firmo:

Atenciosamente confrade e amigo

J. TEIXEIRA LIMA
Tesoureiro da A.P.I.

A tal carta de Colaço

Rio de Janeiro, 18 de Novembro de 1960.

Exmo. Sr. Diretor de PORTUGAL DEMOCRATICO.

Sob a epigrafe "Ataques ao embaixador Alvaro Lins", publica o seu jornal pedaços de uma carta de 26 DE NOVEMBRO DE 1956, que dirigi a "um diretor de jornal" lisboeta. Conta que a PIDE a imprimiu, distribuindo-a pelos jornais brasileiros. (Tiveram pelo visto o bom senso de não dar a publicidade que a remetente encontrou no "Portugal Democrático").

Na falta de desmentido meu, não sei a quem nem onde, o seu jornal atinge três amáveis conclusões: a)

falsifiquei esse documento antedatando-o 4 anos e elegendo a PIDE como editor; b) insinuei que o asilo ao General Humberto Delgado não teve apoio na opinião brasileira; c) ultrajei por processo infame o embaixador Alvaro Lins. Usando sempre punho de rendas de Nijni Novgorod, previne-se o pessoal contra "a baixaza dos meus métodos".

Escrevo estas linhas que não precisarão, creio, invocar leis de imprensa.

Desmascarado, mais vale confessar.

Mandei essa ou equivalente prosa ao dr. Oliveira Salazar, a quem me dirigia do Brasil pela primeira vez, e a cinco diretores de jornais em Lisboa e Porto. Foram registradas. Se esse impresso matou qualquer destinatário, essa morte é com a PIDE.

O pior é que eu escrevi essas cartas ao ser Alvaro Lins aqui nomeado embaixador, ou seja, naquela data que ninguém se lembrou de falsificar. E ante isso, esbarroada se a conclusão: a) visto que nada antedatei; desfalece a conclusão; b) a menos que eu aludisse ao "asilo" dois anos antes de ele se verificar, e evapora-se a conclusão; c) visto que eu falava de quem não iniciara ainda a função que depois exerceu com tanto brilho. Tudo quanto resta é a doce ingenuidade com que o seu jornal se rendeu às seduções da PIDE, perturbado pela elevação dos seus métodos.

O seu mavortico redator deuse a apimentar acusações; atira-me com a safra dos coqueiros a que ascendeu, como se fôsse eu quem tem telhados de vidro. Antes ele

Aponto estes simples fatos:

— Alvaro Lins foi, que eu saiba, três vezes a Portugal. Fêz a primeira viagem a convite do Secretariado da Propaganda; pouco antes, sem motivo grave, interrompeu as nossas relações pessoais.

— A minha carta aludia a uma pessoa da qual me era licito dizer o que eu pensava, desde que o assinasse como assinei.

— Em meu convencimento, até àquela data, Alvaro Lins não poderia ser incluído entre "os brasileiros que amam Portugal".

— Nenhum brasileiro tem obrigação de amar Portugal; mas poderia tornar-se grave para o clima luso-brasileiro a presença em Lisboa de um embaixador do Brasil, dotado de forte personalidade e não amigo de Portugal.

— Alvaro Lins exerceu admiravelmente a sua função e nunca me furtei a aplaudir-lo.

— É também meu convencimento que, entrando em íntimo contato com o povo português como representante do povo brasileiro, Alvaro Lins viu por seus olhos aquilo que antes não tocara a sua sensibilidade, passando a sentir aquele afeto a que me parecia distante.

— Considero-me coerente se hoje faço reservas a um homem por crer que ele des-ama a minha terra, e amanhã dou a mais clara solidariedade ao mesmo homem ao vê-lo agir segundo o amor que a minha terra lhe inspirou.

— Soube que Alvaro Lins, em Lisboa, teve conhecimento dessa minha carta. As nossas relações reataram-se no dia em que ele chegou ao Rio, com um abraço cordial que me é muito grato renovar agora. Atenciosamente.

P.S. — Lado a lado com a prosa que acima corrigi, vem mais prosa que também me visa; parece ter sido ditada em sessão espirita por uma dupla astral em que se acumulassem o Palma Cavalo e algum filho natural de Rabelais. Cita no princípio um Esclarecimento que publiquei, e no fim um "pedido de expulsão" que também publiquei

OS PORTUGUESES EXILADOS POLÍTICOS, QUE NO BRASIL LUTAM PELA DEMOCRACIA PORTUGUESA, DIZEM A TODOS OS PINTORES, GRAVADORES E ESCULTORES QUE NÃO ACEITEM CONVITES DO GOVERNO SALAZARISTA PARA SE FÁZEREM REPRESENTAR NA VI BIENAL DE ARTE MODERNA DE SÃO PAULO.

A VOSSA AUSÊNCIA CONFIRMARÁ O QUE DE VOCÊS PENSA A OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRA:

OS ARTISTAS PORTUGUESES NÃO ESTÃO COM SALAZAR.

tivesse corrido o risco de pensar; escapando com vida, compreenderia.

Aquêles cinco destinatários tinham obrigação moral de publicar o que eu assinava. Tentaram. A Censura proibiu, obsequiando os arquivos da PIDE com o que roubara ao público. Quatro anos depois, essa minha carta, escamoteado qualquer destinatário, surge assim impressa... para o Brasil. Não a publicaram lá, nem quando se bramiam cóleras contra Alvaro Lins. Por quê? O motivo é evidente. Eu receara patrioticamente "uma crise luso-brasileira", a que repetidamente aludia; o que eu temia estava no polo oposto ao posterior asilo do General Humberto Delgado; esse foi o contrário de "uma crise luso-brasileira" visto que foi crise grave, apenas para a ditadura. Eu exprimia um receio, cujo pessimismo felizmente falhou. Nunca o entenderia porém o pobre público português, obrigado a confundir pátria com ditadura. Esse, lendo a carta, passava a considerarme fadado por um gênio divinatório — e media a incomensurável inépcia daquele governo que não evitara "uma crise" de que tão a tempo tivera o anúncio.

Usando agora essa carta no Brasil, o empenho da PIDE só pode ser o de pescar à cana ingênuos que ajudem a dividir e enfiar a oposição.

Entretanto, recorta-me nesses dois triângulos de sanduíche e matastra entre eles um caviar que nem cheira bem nem tem a ver comigo. De mistura com cargos ou funções que jamais exerci, e aos quais sempre fui notoriamente hostil, ali se fala em pulha, coirão e outros bichos, com uma facúndia que recuanda ao êxtase de meus pares no Comitê de Intelectuais. Também lhes recomendo que peguem no trecho e leiam, com atenção. Aqui, completam um nome literário. Além, vejam quem usa a tão sublinhada posição. A coisa é inverossimil, mas eu não tenho culpa: aquêles insultos impressos nas colunas de "Portugal Democrático" visam diretamente a elemento diretivo do mesmo jornal.

Nem sequer reivindico o direito de achar o caso divertido; não me diverte ver grosseiramente insultado um camarada, por mais que dele discorde.

Encerrando o assunto

Por absoluta falta de espaço não podemos publicar hoje algumas retificações que nos parecem indispensáveis. E o que faremos no próximo número, encerrando de uma vez o assunto.

ULTIMA HORA

Insurreição

Em Angola

Recomeça
A
Luta

Ao encerrarmos esta edição, chegavam notícias telegráficas de ter havido, no dia 4, um começo de insurreição em Luanda, onde, ainda na véspera, e na opinião de Governador de Angola, "reinava a maior calma, como aliás em toda a África Portuguesa".

O fato é que, segundo aquelas notícias, grupos armados do chamado Movimento Popular Pró-Libertação da Angola, compostos por atacantes brancos, assaltaram durante a noite de ontem o Quartel-General da Polícia de Luanda e as prisões civis e militares, matando durante o tiroteio sete agentes de segurança de Portugal.

Informações de Lisboa, dizem que "os atacantes foram rapidamente rechaçados. Um grupo de negros atacou um jipe da Polícia de Patrulha, tendo sido travado um tiroteio. Os atacantes usaram metralhadoras, revólveres e armas brancas.

Golpe Preparado

Segundo informações do Governo-Geral de Angola as agitações verificadas pela madrugada estavam no plano de agitação preparado para estourar com a chegada do navio SANTA MARIA, sob o comando do Capitão Galvão, o que não foi possível pelas razões conhecidas.

Representantes do Movimento Popular Pró-Libertação de Angola, em Londres, afirmaram que a presente insurreição não estava programada, devendo ser atribuída a "um ato espontâneo de grupos de militantes."

Ramificações

O porta-voz do Movimento em Londres, Sr. João Cabral, afirmou que o movimento clandestino tem ramificações em toda a Angola, principalmente em Luanda. Acrescentou que o movimento ganhou desenvoltura depois da tomada do SANTA MARIA, o que já provocou uma série de prisões de elementos anti-salazaristas.

Adiada para 1 de Março a reunião no Centro Republicano

Em virtude da recente chegada ao Brasil do capitão Henrique Galvão, de Manoel Serra e outras pessoas de relêvo da Oposição, a reunião marcada para o dia 4 de fevereiro foi adiada para o dia 1.º de março p.f., para que todos possam preparar, eventualmente, quaisquer teses ou relatórios sobre a situação política portuguesa, se assim desejarem.

Novos distúrbios verificaram-se domingo na capital de Angola por ocasião dos funerais dos policiais mortos durante o levante de sábado último. Pistoleiros rebeldes misturaram-se entre os acompanhantes do funeral e abriram fogo, matando quatro pessoas e ferindo sete outras.

Hoje, soube-se que sábado último, por ocasião do assalto de grupos nativos às prisões de Luanda, morreram dezesseis pessoas: nove revoltosos, seis policiais e um coronel do Exército. Afirma-se ainda que três outros policiais ficaram gravemente feridos.

☆ Aceitam-se assinaturas de
PORTUGAL DEMOCRATICO
COLLET'S
64/66, Charing Cross Road
LONDON — W.C. 2
Telephone: TEMplebar 6306

LEIA:
"LA REALIDAD
PORTUGUESA"
de
Maria Luiza da Silva Neves
Pedidos à nossa Redação.

E Brigam As Comadres...

LISBOA — O deputado Carlos Moreira protestou, em sessão da Assembléa Nacional, contra o fato de que o ministro da Presidência, Teotonio Pereira, tivesse esclarecido, durante uma entrevista para a rádio norte-americana "ABC", a posição tomada pelo governo português a respeito do caso do "Santa Maria". Foi a pedido de James Hagerty, ex-porta-voz da Casa Branca, atualmente diretor da "ABC", que Teotonio Pereira concedeu, no dia 1 do corrente, aquela entrevista, na qual declarou que o governo português se interessava apenas pela sorte dos passageiros, da tripulação e do navio, e não pedia que os assaltantes fossem entregues à justiça portuguesa.

O deputado, embora rendendo homenagem à ação do governo, lamentou que a Assembléa Nacional tivesse sido informada da posição do governo no caso do "Santa Maria" por essa entrevista a um órgão estrangeiro. "A Assembléa Nacional — acrescentou ele — é um órgão constitucionalmente indicado para que o governo lhe dê conhecimento de seus atos e atitudes". Nestas condições, ele convidou o governo a fazer sobre o assunto uma declaração.

A Oposição exige a Américo Tomaz a demissão de Salazar

Três membros da oposição portuguesa avistaram-se a 6 de fevereiro com o presidente Américo Thomás, no Palácio de Belém, e exigiram a substituição do governo do primeiro-ministro Salazar por um gabinete que tenha o apoio da nação.

Os três oposicionistas — Mário de Azevedo Gomes, professor de Agronomia, Acácio de Gouveia, advogado que apoiou a candidatura do general Delgado à presidência nas últimas eleições, e o advogado Eduardo de Figueiredo, que se distinguiu ultimamente como defensor do principal acusado do processo de "doze de março" — foram os primeiros signatários do "memorial dos 39", entregue dia 29 de janeiro último ao chefe do Estado português, no qual a oposição manifestava sua inquietação diante do aspecto que tomavam os acontecimentos em Portugal em consequência do caso do "Santa Maria".

Um comunicado expedido a 6 de fevereiro pelos três oposicionistas que se avistaram com o presidente Américo Thomás, diz: "Manifestando nossos pontos de vista sobre os recentes acontecimentos, fizemos ver ao presidente Américo Thomás que o episódio do "Santa Maria" era de caráter nacional e exigimos a substituição do governo do primeiro-ministro Salazar por um gabinete que possa ter o apoio da nação e estar livre das responsabilidades nacionais e internacionais assumidas pelo atual governo".

"Exigimos também — acrescenta o comunicado — que se restitua aos cidadãos portugueses completa liberdade".

Diz ainda o comunicado: "Protestamos contra a situação criada para a imprensa portuguesa que vive em um clima de mentiras, pois mesmo a informação oficial oculta toda a verdade".

Quanto ao caso do "Santa Maria", os representantes da oposição declararam ao presidente da República que, em sua opinião, o que houve foi: 1) um princípio de revolta política em território nacional; 2) que esse ato político e revolucionário foi considerado como tal, e dessa forma encarado pelas potências estrangeiras que intervieram, o que foi provado pela atitude do almirante norte-americano que tratou de igual para igual com o chefe revolucionário português; 3) que tudo terminou com a concessão do direito de asilo político, tanto ao chefe como aos outros rebeldes, o que confirma o caráter inteiramente político do assunto e 4) que, se o governo já não parece interessado agora pela solução dada ao acontecimento, atribuindo-lhe aspectos internacionais, isso não diminui em nada a gravidade do incidente, nem reduz, em absoluto, a perda de prestígio que o governo sofreu nessa ocasião".

O comunicado dos três membros da oposição salientando que o presidente da República prestou demorada atenção ao relatório que lhe fizeram, declarando estar sempre disposto a ouvir os diversos setores da opinião pública, conclui: "O tempo dirá qual o resultado de nossa intervenção, por ora, temos a consciência de ter feito críticas severas que competem aos membros da oposição e de ter levado a cabo, com dignidade, o que, na presente conjuntura, foi considerado como nosso dever de cidadãos e democratas".

★

LONDRES — Comentando o caso do "Santa Maria", declara hoje o "Daily Herald": "A demonstração levada a cabo por Henrique Galvão foi positiva, pois serviu para demonstrar ao mundo que Por-

tugal continua sendo um Estado totalitário. Além de chamar a atenção do mundo para a ditadura salazarista, que se beneficiava do desinteresse geral, Galvão também provou que o ditador luso não pode contar, como pretende, com as democracias. A Grã-Bretanha, os Estados Unidos e o Brasil — conclui o diário britânico — não lhe prestaram qualquer favor".

★

DAKAR — O senhor General Delgado entregou-nos o seguinte telegrama que lhe foi dirigido:

"Nesta hora decisiva para triunfo da Democracia portuguesa, formulamos votos para sucesso operação Henrique Galvão Santa Maria stop A todo momento estamos prestes juntar nossos ao comando Henrique Galvão para libertação colônias portuguesas refôrço amizade luso africana stop Boa sorte stop Honra, pão, liberdade".

Telegrama assinado pelo "Movimento Libertação Guiné Cabo Verde"

★

ESTADOS UNIDOS — O Comitê de New Jersey Pró-Democracia em Portugal, enviou por intermédio do nosso jornal ao presidente Jânio Quadros um telegrama dizendo:

"Saudamos V. Exa. decisão tomada início libertação portuguesa garras salazaristas ato ficará eternamente gravado história nossos países enaltecendo alto nível Brasil história democracia"

Assinam este telegrama, pelo referido Comitê, os srs. E. Covas, F. Veiga e A. Almeida.

O nosso jornal e o problema africano

Parece-nos indispensável e urgente esclarecer, dado o número de cartas que temos recebido, que o jornal PORTUGAL DEMOCRATICO não tem uma opinião sobre o problema: Portugal e o futuro dos seus territórios ultramarinos.

Órgão da Oposição ao regime que há tantos anos suprimiu a liberdade democrática em Portugal e faz tábuas rasas da "Declaração dos Direitos do Homem", este jornal dá guarida sem exceção a todos que lutam para derrubar aquele regime. As opiniões sobre a solução do problema africano são, compreensivelmente, as mais diversas, e todas aceitamos (sem que isso queira significar que perfilhamos uma delas) desde que sejam apresentadas em termos elevados e assinadas pelos respectivos autores. Sobre tão grave assunto não nos é lícito receber opiniões de pessoas que se ocultam sob um nome suposto ou o anonimato.

E porque a Censura Salazarista não deixa que o povo português seja informado da verdadeira situação política de Portugal e dos seus territórios, P. D. sente-se no dever de dar publicidade a todos os documentos significativos que recebe ou de que tem conhecimento, sem que isso signifique, pelas mesmas razões acima expostas, que o nosso jornal perfilha no todo ou em parte as teses neles defendidas.

Fica, portanto, bem entendido que as opiniões traduzem apenas o pensamento de seus autores, não podendo por isso a sua publicação significar apoio do PORTUGAL DEMOCRATICO a determinado ponto de vista em detrimento dos outros.

Restabelecida a Democracia em Portugal, o voto decidirá o problema.

Porque acreditamos na Democracia, não poderia ser outra a nossa posição.

PORTUGAL DEMOCRATICO

A Imprensa Brasileira e a «Operação Dulcinéia»



Logo que surgiram as primeiras notícias sobre a "Operação Dulcinéia", o pessoal de PORTUGAL DEMOCRATICO se apressou a visitar as redações dos jornais, pedindo informações sobre a evolução dos acontecimentos e agradecendo a evidente simpatia da Imprensa Brasileira para com essa operação.

Nesta fotografia vemos aquele grupo em "O Estado de S. Paulo", onde foi recebido pelo Secretário do Exterior, Gianino Carta, e o redator Vitor C. Régo.

A Oposição Portuguesa Escreve A Jânio Quadros

A despeito de todas as manobras da PIDE, a Oposição não interrompe por um minuto que seja seus esforços para derrubar o regime fascista de Salazar e para alertar por todos os meios a opinião pública mundial contra toda sorte de crimes e desmandos cometidos por esse regime há mais de 30 anos.

Jânio Quadros é para a Oposição Portuguesa um símbolo da Democracia, e em Lisboa, Porto, e por todo o país circulam, atualmente, aos milhares, cópias mimeografadas de uma carta dirigida àquele senhor, quando ele assumiu a presidência da República do Brasil, carta cujos termos são os seguintes:

Excelentíssimo Senhor
Doutor Jânio da Silva Quadros

Vai Vossa Excelência assumir, dentro em breve, o elevado cargo de Presidente da República do Brasil, esse país irmão onde as liberdades Democráticas subsistem e se mantêm inalteráveis, projetando-se através da História e para além dos tempos.

Foi Vossa Excelência eleito, e não "nomeado", pela vontade unânime do Povo Brasileiro, a quem tudo nos une em comum: a mesma língua, a mesma História e os mesmos sentimentos e ideais republicanos.

Representamos, nós, por vontade expressa de numerosos camaradas, a voz dos presos políticos que se obstinam em proclamar os seus direitos perante o MUNDO LIVRE. E tratando-se de Vossa Excelência, lídimo representante da raça brasileira e seu mais alto e inconcusso magistrado, essa voz ergue-se mais alto e atinge ressonâncias capazes de transporem o Atlântico e penetrarem nos corações de todo o Povo da Comunidade Luso-Brasileira. Estamos há muito privados de todas as Liberdades e longe dos nossos filhos, mulheres e amigos. Mas por todos eles, pelos seus direitos e pela sua sobrevivência, continuaremos a lutar denodadamente e sem tréguas, até ao final da nossa existência. Somos DEMOCRATAS e estamos decididos a fazer prevalecer as liberdades que conquistamos, e que julgamos tão indispensáveis como a própria vida.

Nas três celebrizadas e tenebrosas cadeias onde se encontram encarcerados os presos políticos, vítimas imbeles de um regime corrupto e feudal, predomina ainda o uso do chicote e os castigos corporais são frequentes, antes e após as refeições diárias...

Quiseram os presos políticos, nesta hora grande para o Brasil, prestar homenagem a Vossa Excelência, para que dêles não se esqueça no futuro, quando tomar posse do seu mandato.

As circunstâncias, infelizmente, forçam-nos a utilizar um subterfúgio, mandando-lhe juntamente com as nossas homenagens, um singelo ramo de flores, por intermédio de um camarada afoito e leal.

Conhecemos, de sobejo, o prestígio e a independência de Vossa Excelência, pelo que não o tememos.

Por isso renasce em nós a esperança de que Portugal voltará a ser um país livre, e voltaremos, portugueses e brasileiros, a comunicar no mesmo ideal DEMOCRATICO.

Viva o Brasil — Viva Portugal.
Lisboa, 3 de Janeiro de 1961.

O MATERIAL FOTOGRÁFICO SOBRE A OPERAÇÃO DULCINEIA E A CHARGE DE HILDE WEBER FORAM-NOS CEDIDOS GRATUITAMENTE PELO "O ESTADO DE S. PAULO", CUJOS ENVIADOS ESPECIAIS FORAM OS PRIMEIROS A SUBIR A BORDO DO "SANTA MARIA", ADIANTANDO-SE A DEZENAS DE JORNALISTAS BRASILEIROS E DO EXTERIOR, PROEZA QUE T E V E REPERCUSSÃO MUNDIAL.

Opiniões Insuspeitas

JOÃO SARMENTO PIMENTEL

No Paraíso salazarista a vida dos trabalhadores pode avaliar-se numa forma muito simples:

Para comprar um quilo de pão, o operário da indústria necessita do salário correspondente a 1 hora de trabalho.

Para adquirir 1 litro de leite também desembolsará o dinheiro correspondente a 1 hora de trabalho.

Para comprar 1 quilo de carne, fia mais fino, pois apanha ao mísero 6,30 horas de jornada, e é de segunda qualidade.

Comparando com outros países verifica-se que:

	PAO
Inglaterra	19 min.
Alemanha	21
França	24
Itália	35
Argentina	17
Brasil	32
Portugal	60

	LEITE
Inglaterra	15,30 min
Alemanha	9
França	16
Itália	25
Argentina	9,5
Brasil	20
Portugal	60

	CARNE
Inglaterra	1,27 horas
Alemanha	2,47
França	4,45
Itália	5,15
Argentina	0,57
Brasil	1,21
Portugal	6,30

Como nesta e em muitas artes de governar, o fradilhão de Santa Comba bate o "record" e vai na dianteira de importantes países do Ocidente.

Além disso, ainda apresenta a ditadura outras vantagens e índices do progresso da população, como por exemplo:

É a única que na Europa mantém o uso do pé descalço.

A de maior mortalidade infantil ("record" europeu)

A de 60% de analfabetos ("record" europeu).

Em comparação e para equilíbrio totalitário, os ricos continuam cada vez mais ricos e os pobres sempre mais pobres. E ainda há quem tenha o desprate de afirmar que os 33 anos de Estado Novo foram calamitosos para o povo português

Festejos do 5 de Outubro na AVP

Por lapso, na página 4 do nosso número de janeiro passado saiu trocada a legenda de uma fotografia alusiva aos festejos de 5 de outubro, legenda que corrigimos, porquanto deveria ler-se:

O deputado do Partido Social Cristão (COPEY) Dr. Hugo Briceño Salas, quando em Caracas, usava da palavra na sede da A.V.P. (Associação Venezuelana de Imprensa), numa sessão solene de homenagem à data de 5 de outubro.

A II CONFERENCIA PRÓ-ANISTIA

(Conclusão da pág. 8)

tas revelações sobre as monstruosidades jurídicas do sistema português causaram nos juristas presentes, mostra a utilidade da intervenção dos delegados portugueses.

A margem da Conferência, a delegação do nosso país desenvolveu também grande trabalho de esciarrecimento. Assim, logo no primeiro dia, concedeu uma entrevista coletiva à imprensa, a que compareceram representantes dos diários "La Mañana", "El Plata", "Accion", "El

zar recusou passaportes para saída do país. Destacou-se também neste.

Coincidindo com a Conferência, foi publicado em Montevideu o livro de Maria Luísa Silva Neves, "La realidad portuguesa", a que noutra ocasião faremos a referência que merece. Todo o trabalho das intervenções portuguesas à margem da Conferência foi preparado e organizado por esta democrata, Presidente da Agrupação dos Portugueses Democratas do Uruguai e pelo incansável secretário geral deste organismo, Aurélio Branco Martins.



Rui Luís Gomes diz:

Saúdo a Conferência em nome dos presos políticos que jazem no fundo dos cárceres do Aljube, da Penitenciária de Caxias, de Peniche, da Rua do Heroísmo, e das prisões de Angola.

Popular", "El País" e da agência "Prensa Latina". Nessa conferência, Rui Luís Gomes citou exemplos concretos e pessoais da opressão existente no nosso país. Casais Monteiro referiu-se a alguns casos de obscurantismo intelectual, citando, entre outros exemplos, o facto do seu próprio nome não poder sequer ser mencionado na imprensa portuguesa e, Vitor Ramos, denunciou a violação dos Direitos do Homem, que é representada pela proibição da liberdade de movimentos dos cidadãos em Portugal, citando alguns casos em que Sala-

Resoluções aprovadas pela conferencia

Comissão sobre legislação e os processos de repressão das idéias, violatórios dos direitos humanos.

Depois de traçar largas considerações sobre a legislação portuguesa e espanhola, em matéria de repressão aos delitos de opinião, a Comissão declara que "1.º É incompatível o regime imperante na Espanha e em Portugal, em matéria de direitos humanos e do cidadão, com a Declaração Universal destes Direitos proclamada pelas Nações Unidas em dezembro de 1948; 2.º É urgente realizar um movimento de opinião internacional que grave suficientemente sobre os órgãos competentes da Organização das Nações Unidas, para que esta desempenhe o seu papel no estabelecimento dos Direitos Humanos violados aos pés na Espanha e em Portugal."

Desta forma, a Conferência resolve: 1.º Reclamar aos Governos da Espanha e de Portugal a promulgação de uma lei de anistia mediante a qual se liberte imediatamente os presos políticos, se repatriem os exilados e se revogue toda a legislação especial repressiva, como forma de obter a pacificação interna e a convivência civil. 2.º

Dirigir-se à Comissão dos Direitos do Homem da ONU reiterando a apresentação já formulada pela Primeira Conferência Latino Americana Pró-Anistia, em novembro de 1960, juntando os novos antecedentes e a documentação recolhida por esta 2.ª Conferência, a fim de que se realize uma investigação dos factos que constituam violações dos direitos do homem e do cidadão, em Espanha e em Portugal, para que o problema, sem mais demora, seja tomado em consideração pela Assembléa Geral, que deverá recomendar medidas efetivas no sentido de pôr em vigência estes direitos, dentro dos termos da competência própria da Organização. 3.º Denunciar, além disso, o perigo cada vez maior que estão correndo os presos políticos da Espanha e de Portugal à medida que aumenta o movimento de solidariedade nacional e internacional em torno deles, para que a vigilância em relação a este perigo impeça que o mesmo se torne efectivo na pessoa dos presos; 4.º Dirigir-se, igualmente, aos Colégios de Advogados, Faculdades de Direito, Parlamentos e autoridades governamentais dos diferentes países, e a qualquer outra instituição representativa dos mesmos, fazendo-lhes conhecer os antecedentes e conclusões a que chegou esta Conferência, a fim de se dirigirem à Organização das Nações Unidas, em idêntico sentido. 5.º Divulgar, por todos os meios possíveis, os textos da legislação penal especial que se aplica na Espanha e em Portugal, em especial o conteúdo do decreto 1749, de 21 de setembro de 1960, promulgado em Espanha, e do decreto 40.550, de 12 de março de 1956, promulgado em Portugal. 6.º Fazer chegar uma saudação de solidariedade aos presos políticos e suas famílias em Espanha e em Portugal, e outra especial para a Ordem dos Advogados de Madri, de Barcelona e de Lisboa, bem como a outras associações profissionais da Espanha e de Portugal, pela conduta exemplar que vêm observando na defesa dos direitos da conferência de imprensa o problema das medidas de segurança que, entretanto, foi tratado mais especialmente, no dia seguinte, noutra reunião com jornalistas, pelo advogado dr. Manuel Sertório. Uma estação de rádio de Montevideu pôs os microfones à disposição da delegada Maria Luísa Silva Neves, que falou aos ouvintes uruguaios dos nossos problemas. O semanário "Marcha", de ampla difusão nos círculos intelectuais, publicou, a propósito da Conferência, uma página sobre a obra de Casais Mon-humanos que estão levando a cabo em cumprimento do seu dever profissional.

Esta resolução foi assinada pelos advogados Drs. Jorge Jiles Pizarro, Maria Dolores Forouge de Saguiez, Eduardo Ortega y Gasset e Angel B. Bustelo.

A Comissão sobre a solidariedade resolveu criar em todos os países onde exista uma Comissão Nacional Pró-Anistia uma comissão permanente de solidariedade, através da qual se promoverá toda a ajuda legal, material e moral aos presos e suas famílias. Resolveu ainda organizar comités de assistência jurídica, que estudem a situação de cada preso, a fim de prestar-lhes a ajuda necessária neste capítulo. A Comissão Permanente deve dirigir-se às organizações sindicais, políticas, estudantis, culturais e sociais dos países americanos, solicitando a organização de atos de adesão aos objetivos do Movimento. Estes atos realizar-se-ão em data determinada, coincidindo com a presença dos delegados da Conferência junto das Nações Unidas. A esta jornada dar-se-á o nome de "Dia da Solidariedade com os Presos Políticos e os Exilados da Espanha e de Portugal". A apresentação desta resolução foi assinada por Vicente de Oliveira e Silva, C. A. Herrera, Mac Lean, Aura Fleitas, José Morales e Luis Beltran Prieto Figueroa.

As conclusões da Comissão que tratou dos problemas de organiza-

ção e do desenvolvimento posterior do Movimento foram as seguintes: Propor a organização de um Conselho Ibero-Americano Pró Anistia e Defesa dos Direitos Humanos na Espanha e em Portugal; estabelecer estreitas relações com o Comité Europeu pró Anistia e enviar uma delegação latino americana à próxima Conferência europeia.

A Comissão sobre as resoluções de carácter geral propôs que a Comissão Executiva Permanente reitere uma gestão direta junto das autoridades da Espanha e de Portugal, mediante notas formais, no tom da que foi enviada à ONU, encomendando a entrega das mesmas às Ordens de Advogados de Madri, Barcelona e Lisboa. Propôs ainda que se reitere a gestão junto ao Vaticano, de que seria encarregada uma comissão "ad hoc", formada por relevantes figuras da cultura italiana. Nesta gestão far-se-á referência a todos os documentos eclesiásticos relacionados com o assunto, como os testemunhos e manifestos do Reverendo Owen, dos sacerdotes vascos, no caso espanhol e do Bispo do Porto, no caso português. Esta Comissão preconiza também o envio de uma delegação junto das Nações Unidas.

O trabalho Pro-anistia na Venezuela

Uma das delegações que realizou maior soma de trabalho na Conferência de Montevideu foi a da Venezuela, que se apresentou com uma organização exemplar, fruto de meses de assidua preparação. O comitê venezuelano pró-anistia contava com as seguintes adesões: Pela Accion Democratica — Dr. Cesar Rondon Lovera, deputados José Vicente Rangel, Luis Alfredo Lopes Mendez, Guillermo Garcia Ponce, Raul Monteverde, Petra de Aranguren, Pedro Ortega Diaz, Juan Morretti, P. Marquez, José Octavio Herriquez, Jesus Yerena, Dr. Raul Lugo Rojas (pelo Movimento de Izquierda Revolucionaria) Hemmy Croes (pela F. de Trabalhadores do D. F.), Martin Ramirez (Vice Presidente da C.T.V.); pela U.R.D., Dionisio Lopez Orihuela, deputados Olivio Campos, Hector Rodriguez Bauza, Jorge Pacheco, Jesus Sanoja, Pedro Barrios, Lozano Villegas, Vidalina de Bartoli, Fabricio Ojeda, Enrique Bettancourt, Eloy Torres; pelo P.C. da Venezuela, dr. Eduardo Gallejos Mancera; Laureano Torrealba (F. de Trabalhadores do D.F.) J. Carrera (do Executivo A.N.D.E.), Cruz Villegas (F. de Trabalhadores do D.F.), José Gonzalez Navarro (Comitê Executivo da C.T.V.), Pedro Torres (Federação Camponesa), Luis Tovar (Federação do Petróleo), dr. Antonio Marquez Salas, advogado, senadores Bonifácio Velasquez, Simon Antoni, Juan Arcia, Jesus Faria, Francisco Faraco, J. A. Medina Sanchez, Partido Social Cristão (COPEI), pela Federação de Centros Universitários, Romulo Henriquez. Aderiu também a União Nacional de Mulheres.

A delegação deste país à Conferência foi chefiada pelo Senador presidente do partido Accion De Luis Beltran Prieto Figueroa, vice-venções constituíram alguns dos pontos mais altos da reunião de Montevideu. Junto dos representantes venezuelanos atuava, como conselheiro para os assuntos portugueses, o presidente da Junta Patriótica Portuguesa de Caracas, José da Costa Lopes, cujo incansável labor se desdobrava assim junto da delegação do nosso país e da venezuelana.

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR-RESPONSÁVEL

Otávio Martins de Moura

CONSELHO DE REDAÇÃO

João Sarmento Pimentel
Presidente de Honra

Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Henrique Pereira Santo, Jorge de Sena, Paulo de Castro, Vitor Ramos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Cruz, Carlos Neves, Francisco Lopes, Manuel Ferreira Moura, Silvério da Costa Letra.

REPRESENTANTES

RIO DE JANEIRO — SUBCURSAL: — Av. Rio Branco, 185 — Gr. 509 — Edif. Marquês de Herval — Telefone: 22.9224 ROMAX IMP. EXP. LTDA.

FORTALEZA: — Dr. Carlos d'Alge — Rua Senador Pompeu, 832 — Fortaleza — Ceará

JUIZ DE FORA: Manuel Augusto Soares d'Oliveira — Rua Marechal Deodoro, 334 — Juiz de Fora (M.G.)

BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 300 — sala 304 — Caixa Postal 24 — Belo Horizonte — (Minas Gerais)

PORTO ALEGRE: Fernando Temudo de Almeida Soares — Edif. Chaves, 12.º, s/1201 — Caixa Postal 2.599 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra (GPDI) 374, Gray's Inn Road, W. C. 1 — London,

CANADÁ: Comitê dos Portugueses Democratas do Canadá — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

FRANÇA: Tomás Ferreira Rato, 29 Rue St. André des Arts — Paris, 6.me.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas.

ARGENTINA — Joaquim dos Santos — Calle de Los Llanos, 1790 — DOCK SUR — Avellaneda — Buenos Aires

URUGUAI — Agrupação de Portugueses Democratas — Colônia 1.013 — P. 7 — Montevideu

CHECOSLOVAQUIA: Manuel Nunes — Hotel "International" — Praha 6 — Dejvice.

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 18 horas
Número avulso: Cr 5,00
Assinatura anual: Cr\$ 200,00
Assinatura especial: Cr\$ 500,00
Ass. p/ o Exterior: \$3,00 U.S.

Ano V. - N.º 45 - Fev. de 1961

OPERAÇÃO EMBARQUE



Advertencia

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.